

Sujeitos bilíngues e suas relações com o português como língua materna: O Desejo da Completude e a Falta Constitutiva

Bilingual subjects and their relations with Portuguese as mother tongue: The Desire of Completeness and the Constitutive Lack

Antonieta Heyden Megale¹

*Sou um monte confuso de forças cheias de infinito. Tendendo em todas as direções para todos os lados do espaço.*²

RESUMO: O objetivo deste trabalho é o de investigar a relação de sujeitos bilíngues, falantes de inglês e português, com a língua portuguesa. Para tanto, analiso recortes discursivos, selecionados entre as respostas de dez sujeitos bilíngues, a duas perguntas: *Qual de suas duas línguas você mais aprecia? Por quê?* e *Qual de suas línguas é mais importante para você? Por quê?*. Os textos obtidos por meio dessas perguntas são analisados a fim de localizar as representações que esses sujeitos possuem do português e, dessa forma, mostrar a irrupção de discursos em torno de suas identidades. Proponho uma interpretação discursiva desses recortes apoiada teoricamente na Análise de Discurso de linha francesa, com contribuições teóricas da noção de representações sociais (MOSCOVICI, 2003; JODELET, 2001). Apoio-me também na ideia de preconceito linguístico (BAGNO, 2002) que emergiu no discurso dos sujeitos participantes. A análise dos dados apontou para o fato de que esses sujeitos atribuem ao português à classificação de difícil, materializada quando o sujeito, ao justificar sua posição, dá ênfase às regras gramaticais que, para ele, são impossíveis de serem colocadas em uso. Esses enunciados parecem revelar a falta constitutiva do enunciadador, assim como seu desejo por uma língua "perfeita". Essa língua ideal passa a fazer parte do imaginário do sujeito que começa a desejá-la, e dessa forma, seu desempenho linguístico é visto como insuficiente e inacabado.

PALAVRAS-CHAVE: Bilíngue. Bilinguismo. Discurso. Representações.

ABSTRACT: The objective of this study is to investigate the relation of bilinguals, speakers of English and Portuguese, with Portuguese. Thus, I analyze the discursive clippings, obtained from the responses of ten bilingual subjects, to two questions:

¹ Mestre em Linguística Aplicada pela PUC-SP e doutoranda em Linguística Aplicada pela Universidade Estadual de São Paulo.

² PESSOA, Fernando. Afinal, a melhor maneira de viajar é sentir. In: *Poesia de Álvaro de Campos*. Lisboa: Ática, 1993. p.132.

Which of your two languages do you most enjoy? Why? and Which of your languages is more important to you? Why?. The texts obtained through these questions are analyzed in order to find the representations that these subjects have about Portuguese and, therefore, show the eruption of speeches about their identities. I propose an interpretation of these discursive clippings theoretically supported by the French Discourse Analysis with theoretical contributions of the concept of social representations (MOSCOVICI, 2003; JODELET, 2001). I also support the idea of linguistic prejudice (BAGNO, 2002) that emerged in the participants' speech. Data analysis pointed to the fact that these individuals give to Portuguese the classification of difficult which is materialized when the subject, to justify his position, emphasizes the grammatical rules that, for him, are impossible to put into use. These statements seem to reveal the constitutive lack of the speaker, as well as his desire for a "perfect" language. This ideal language becomes part of the subject's imagination and he begins to desire it, and thus, his linguistic performance is seen as insufficient and incomplete.

Notas de percurso

O percurso a que me proponho neste trabalho parte do pressuposto principal de que a língua é construtora da identidade do sujeito e dos processos discursivos, e não mero instrumento de mediação/comunicação com o mundo externo. Atrelada a essa concepção de língua, remeto-me a uma visão de sujeito essencialmente histórico, ideológico e heterogêneo, interpelado pelo inconsciente e constituído na e pela linguagem. Na esteira desses conceitos, recorro, também, aos estudos sobre representações sociais para compreender a relação que sujeitos bilíngues falantes da língua inglesa e portuguesa têm com o português.

Sendo assim, proponho-me interpretar, à luz da análise de discurso francesa, recortes discursivos obtidos dentre dez sujeitos bilíngues frente às perguntas *Qual de suas duas línguas você mais aprecia? Por quê? e Qual de suas línguas é mais importante para você? Por quê?*.

A análise de discurso de linha francesa recorre a três autores para definir sua concepção de sujeito. Foucault (1987) e Pêcheux (1975) concebem o sujeito associado à ordem do social e do discursivo. Lacan (1972-1973/1982), por sua vez, pensa o sujeito como efeito de linguagem e em relação ao inconsciente.

A partir desse prisma, parte-se do pressuposto de que o sujeito não tem o controle sobre a produção de sentidos: ele é interpelado pelo interdiscurso que é reatualizado em seu discurso, ocorrendo um processo de ressignificação.

Com isso, há a produção de outros sentidos, de outras leituras e de outras interpretações, o que marca a heterogeneidade constitutiva do sujeito e de seu discurso, uma vez que o discurso é constitutivamente atravessado pelo discurso do outro e do inconsciente. Esse processo de (re)significação permite pensar um sujeito além da pura interpelação ideológica.

Assumo, nesta pesquisa, que ao identificar, dentro das formações discursivas, as representações sociais que o sujeito tem do mundo, por meio de marcas linguísticas, inicia-se o processo de reconhecimento da ideologia que interpela o indivíduo em sujeito. Dessa forma, torna-se tangível analisar a inscrição do outro, ou o interdiscurso, no discurso do sujeito, e conseqüentemente se reconhecem valores e ideias circulantes em dada sociedade. Essas ideias têm influência direta na identidade do sujeito, uma vez que aquilo que o sujeito acredita é aquilo que o faz agir ou não agir, direcionando sua relação com o mundo e o modo como se percebe na sociedade.

Somando-se a essas noções, o sujeito é, de acordo com Lacan (1966/1998), determinado pela linguagem e pela falta. Em função disso, o sujeito é inacabado, produzindo-se, interminavelmente, em um eterno movimento de vir-a-ser, impulsionado pelo desejo, deslizando entre o desejar e o gozar, posições que, imbricadamente, constituem-no.

Este artigo está organizado em seis seções. Nas três primeiras, apresento a base teórica utilizada para a análise de dados deste estudo. Na primeira, discorro acerca do conceito do sujeito discursivo empregado na análise de discurso de linha francesa. Na segunda, discuto a noção de representação social a partir de Moscovici (2003) e Jodelet (2001). A seguir, discuto a ideia de preconceito linguístico advogada por Bagno (2002), que emerge nos enunciados dos sujeitos participantes desta pesquisa. Na seção seguinte, descrevo o contexto de pesquisa e a seleção dos dados utilizados, assim como os procedimentos de análise empregados. A seguir, exponho a análise do corpus, para que na seção *Alinhavos Finais*, teça os comentários finais sobre a temática discutida.

O sujeito discursivo

Ao longo da história, o sujeito vem sofrendo drásticas transformações referentes à sua conceituação teórica. Apresento, aqui, o sujeito da análise de discurso francesa, concepção que emprego, neste trabalho, afastando-me, portanto, de uma filosofia idealista da linguagem que concebe o sujeito como fonte e origem de tudo o que diz e o sentido como algo já existente. O sujeito do discurso é um sujeito essencialmente histórico, ideológico e heterogêneo, interpelado pelo inconsciente constituído na e pela linguagem.

Esse sujeito é concebido como histórico e ideológico, uma vez que sua fala é sempre produzida a partir de um determinado lugar e de um determinado tempo. Sua fala é, na verdade, um recorte das representações de um tempo histórico e de um espaço social. Trata-se de um sujeito descentrado, entre o eu e o "outro". Sujeito esse que não pode ser entendido como um ser uno que se constitui na fonte do próprio discurso. É o que se denomina sujeito assujeitado, pois é submetido a coerções sociais, visto que todo discurso é determinado pelo interdiscurso.

O conceito de interdiscurso, segundo Pêcheux (1975), reside no fato de que algo fala sempre antes e independentemente, sob a dominação do complexo de formações ideológicas. Essa concepção de sujeito abarca a noção de alteridade, uma vez que se tem um sujeito que luta para ser uno, mas que, na materialidade discursiva, é polifônico. Portanto, o discurso produzido é heterogêneo, como explica Pêcheux (1975/1988), pois incorpora e assume, pelo diálogo, diferentes vozes sociais, relacionando "o mesmo" com o seu "outro", de modo a reconhecer, no discurso, a coexistência de várias linguagens em uma só linguagem. Esse "outro" não deve aqui ser compreendido como o destinatário, ou seja, aquele para quem o sujeito planeja e ajusta a sua fala no plano intradiscursivo, mas deve ser compreendido como os outros discursos historicamente já costurados e que emergem em sua fala.

Complementando essa ideia, os estudos de Foucault (1979) sobre a noção de poder disciplinar foram fundamentais para o aprofundamento da noção de descentramento do sujeito. O poder, ao invés de se apropriar e de

retirar, tem como função maior “adestrar”, ou, sem dúvida, adestrar para retirar e se apropriar ainda mais e melhor. Foucault (1987) explica que, ao ser exercido, esse poder torna-se invisível, mas, em compensação, impõe aos que submete um princípio de visibilidade obrigatória. Como diz Foucault (1999, p. 35), “o poder transita pelos indivíduos, não se aplica a eles [...] o poder transita pelo indivíduo que ele constituiu”.

A partir desse ponto, aliás, é preciso salientar que o sujeito discursivo não se encontra no campo consciente, mas, sim, clivado, submetido ao inconsciente, ou seja, o sujeito do discurso encontra-se dividido entre o consciente e o inconsciente. Não existe um sujeito que tenha consciência daquilo que diz. Há, na verdade, um sujeito que é levado, inconscientemente, a produzir um discurso de uma forma e não de outra.

Por conseguinte, o sujeito do discurso cria para si uma realidade discursiva ilusória, sofrendo, de acordo com Pêcheux e Fuchs (1975/1997), de um duplo esquecimento. O primeiro esquecimento, segundo Pêcheux (1975/1988), é ideológico e do nível do inconsciente. O sujeito rejeita, apaga, de modo inconsciente, tudo o que não está inserido em sua formação discursiva e, com isso, tem a ilusão de que é senhor absoluto daquilo que enuncia. O segundo esquecimento é da ordem da enunciação e de caráter semiconsciente. Nesse, o sujeito privilegia algumas famílias parafrásicas e apaga outras no momento em que seleciona determinados dizeres em detrimento de outros. Além disso, o sujeito tem a ilusão de que aquilo que diz tem apenas um significado, acreditando que todo interlocutor captará suas intenções e sua mensagem da mesma forma.

Em contrapartida, Sirio Possenti, importante representante da Análise do Discurso Francesa no Brasil, defende, diferentemente de Pêcheux, que há espaço para a inscrição do indivíduo no discurso, onde ele pode deixar a sua marca - mesmo na condição de assujeitado. Para Possenti (2002), o sujeito assume um papel ativo, apesar de estar submetido às questões ideológicas, estruturais e psicológicas da sua formação discursiva. Segundo o autor, o assujeitamento não se dá de forma plena e o sujeito tem certa competência na escolha de seu material discursivo. Segundo Possenti (2002, p. 54-65), “a

presença do outro não é suficiente para apagar a do eu, é apenas suficiente para mostrar que o eu não está só”.

Produzi, de acordo com o apresentado até então, minhas reflexões em consonância com essa visão de sujeito discursivo, que é essencialmente descentrado, clivado, heterogêneo e perpassado por vozes que provocam identificações de toda sorte.

Na próxima seção, exponho o conceito de representação social a partir de Moscovici (2003) e Jodelet (2001). Neste estudo, as representações sociais, presentes nas formações discursivas, serão observadas a partir das regularidades discursivas na materialidade linguística. Ao analisar as representações acerca da língua portuguesa falada por esses sujeitos bilíngues, busco a compreensão da linguagem, não centrada apenas na língua, mas também na ligação entre o sujeito e o contexto sócio-histórico-cultural. Com isso, procuro desvelar os sentidos manifestos e latentes no discurso dos sujeitos bilíngues a fim de responder à pergunta que norteia esta pesquisa.

Representações sociais e a constituição do sujeito

O conceito de Representação Social surgiu do trabalho de Serge Moscovici, intitulado *La Psychanalyse, son image et son public* (1961), que se ocupava do estudo pioneiro sobre a difusão da psicanálise em diferentes âmbitos, de sua apropriação e de transformação para outras funções sociais no pensamento popular parisiense da referida época.

Para fazer frente a tal perspectiva, Moscovici buscou referência na obra de Durkheim (1895/1982), que preconizava a explicação sociológica dos fatos sociais, mais especificamente, em seu conceito de Representações Coletivas. Entendendo a sociedade como uma realidade em si, Durkheim entende as representações coletivas como categorias que são produzidas e que coletivamente formam a bagagem cultural de uma sociedade. Entretanto Moscovici (2003) adota o termo “social” e não “coletivo” a fim de enfatizar a qualidade dinâmica das representações sociais, em contraposição ao caráter

mais fixo que elas tinham em Durkheim. Porém o autor explica que as duas palavras são, muitas vezes, usadas como sinônimas e que prefere social, pois essa palavra remete a “uma ideia de diferenciação, de redes de pessoas e suas interações” (MOSCOVICI, 2003, p. 348).

Em relação às diferenças dos conceitos de representações apresentado por Durkheim e Moscovici, Duveen (2003), na introdução do livro *Representações Sociais – investigações em psicologia social* (MOSCOVICI, 2003), esclarece que enquanto Durkheim vê as representações coletivas como formas estáveis de compreensão coletiva, Moscovici concentra-se na exploração da variação e da diversidade das ideias coletivas nas sociedades modernas, o que gera uma heterogeneidade de representações. Perante essas diversidades, segundo o autor surgem os pontos de tensão e é, ao redor desses pontos de clivagem, que se caracterizam pela falta de sentido, que novas representações emergem com o objetivo de reestabelecer um sentido de estabilidade. Moscovici (2003) explica que as representações são criadas por pessoas e grupos no decurso da comunicação e cooperação, mas alerta para o fato de que, uma vez criadas, elas adquirem vida própria, circulam e dão oportunidade para o surgimento de novas representações. É por isso que, segundo o autor, para se compreender uma representação é necessário resgatar aquela, ou aquelas, das quais ela nasceu, sendo que quanto mais sua origem é esquecida mais fossilizada a representação torna-se.

A partir dos estudos de Moscovici sobre as representações sociais, muitos teóricos e pesquisadores vêm enriquecendo esse campo em diferentes áreas de pesquisa das Ciências Humanas e Sociais.

Denise Jodelet, principal colaboradora de Moscovici, contribui significativamente para a sistematização e o aprofundamento teórico das representações sociais. O conceito de representações sociais, proposto por Jodelet (2001), é definido como uma forma de conhecimento, socialmente elaborada e partilhada e que contribui para a construção de uma realidade comum a um conjunto social. De acordo com a autora, as representações sociais são saberes de senso comum ou ainda saberes ingênuos e naturais cujos conteúdos manifestam a operação de processos generativos e funcionais

socialmente marcados. O estudo de tais fenômenos, como enfatiza a autora, possibilita o desvelamento de diversos elementos que, tantas vezes, foram estudados isoladamente: “[...] informativos, cognitivos, ideológicos, normativos, crenças, valores, atitudes, opiniões, imagens etc.” (JODELET, 2001, p.21).

Somando-se a isso, Moscovici (2003) explica que a função primeira das representações sociais é tornar o não familiar em familiar. E isso significa que as representações criadas são sempre o resultado do esforço constante de se tornar comum e real, algo que é incomum ou não familiar. Segundo o autor, supera-se o problema integrando-o em nosso mundo mental e físico, que é, assim, enriquecido e transformado. Esse processo, prossegue o autor, reestabelece um sentido de continuidade no grupo e no sujeito que se encontrava ameaçado pela descontinuidade e falta de sentido. É por isso que, ao estudar uma representação, de acordo com Moscovici (2003), deve-se descobrir a característica não familiar que a motivou e o momento exato em que ela emerge na esfera social.

Além disso, as representações sociais possuem outras duas funções. Em primeiro lugar, elas convencionalizam objetos, pessoas ou acontecimentos e os localizam em uma determinada categoria, colocando-os gradualmente como um modelo de determinado tipo partilhado por um grupo de pessoas. Em relação a essa função das representações, o autor alerta que nenhuma mente está livre dos efeitos dos condicionamentos anteriores que lhes são impostos por suas representações, linguagem e cultura. Retomando essas condições, pode-se inferir, primeiramente, que os pensamentos dos sujeitos se organizam conforme um sistema que está condicionado pelas representações.

Em segundo lugar, de acordo com o autor, as representações são prescritivas, uma vez que se impõem sobre os sujeitos devido à combinação de uma estrutura que está presente antes de se começar a pensar e de uma tradição que decreta o que deve ser pensado. Finalmente, vale ressaltar que as representações são transmitidas de geração à geração e representam “uma estratificação na memória coletiva e uma reprodução na linguagem que, invariavelmente, reflete um conhecimento anterior e que quebra as amarras da informação presente” (MOSCOVICI, 2003, p. 37).

Na seção a seguir, discuto o conceito de preconceito linguístico, que advém de representações sobre a língua brasileira e que serão explicitadas com detalhes na seção da análise de dados.

Preconceito Linguístico

O preconceito linguístico é um conceito marxista, criado pelo sociólogo Nildo Viana, calcado em escritos de Pierre Bourdieu, como demonstração de outra forma de opressão e luta de classes.

O principal defensor desse conceito, no Brasil, é o professor Marcos Bagno. Bagno (2002) alerta para a existência do preconceito linguístico como uma forma recorrente e atual de preconceito. Em seu livro, *Preconceito linguístico – o que é, como se faz*, o autor atém-se a discutir a questão dos vários preconceitos, praticados pelos próprios brasileiros, em relação à língua portuguesa falada no Brasil. Segundo o autor, a noção de correto, imposta pelo ensino tradicional, origina um preconceito contra as variedades não padrão de português faladas no Brasil.

O autor ressalta, ao longo de seu livro, uma série de afirmações que já fazem parte da imagem (negativa) que o brasileiro tem de si mesmo e da língua falada por aqui, como a de que o português é uma língua difícil e a de que brasileiros não sabem português. Essas afirmações parecem se estender também no que tange ao sotaque brasileiro ao falar inglês. Possuir sotaque brasileiro parece ser visto como uma desvantagem e, desse modo, existe uma tentativa de encobri-lo, de escondê-lo.

Bagno (2002) salienta que os preconceitos impregnam-se de tal maneira na mentalidade das pessoas que as atitudes preconceituosas se tornam parte integrante do seu próprio modo de ser e de estar no mundo e alerta para o fato de que “o tipo mais trágico de preconceito não é aquele que é exercido por uma pessoa em relação a outra, mas o preconceito que uma pessoa exerce contra si mesma” (BAGNO, 2002, p.75). O autor atribui à união de quatro elementos a formação do preconceito linguístico no Brasil: à gramática tradicional, aos métodos tradicionais de ensino, aos livros didáticos e aos

comandos paragramaticais, os quais o autor define como sendo “todo esse arsenal de livros, manuais de redação de empresas jornalísticas, programas de rádio e de televisão, colunas de jornal e de revista, CD-ROMS, consultórios gramaticais” (BAGNO, 2002, p.76).

Segundo o autor, tanto os livros didáticos quanto os recursos paragramaticais, que poderiam ter utilidade para quem tem dúvidas na hora de falar ou de escrever, acabam perdendo-se por trás da espessa neblina de preconceito que envolve essas manifestações da (multi)mídia. Assim, perpetuam as velhas noções de que brasileiro não sabe português e de que português é muito difícil. Acrescento a isso, a questão do sotaque brasileiro ao falar inglês. Inúmeros são os recursos que, sob a mesma neblina de preconceito, prometem reduzi-lo ou mesmo apagá-lo. Com isso, mais uma forma de preconceito contra o português falado no Brasil é disseminado, o que acarreta em mais uma ideia negativa que o brasileiro tem de si mesmo e da língua que fala. Ideias essas, conscientes ou não, têm implicações direta na construção e na negociação das identidades de sujeitos bilíngues brasileiros.

A trajetória

Metodologicamente, este trabalho foi realizado a partir do que Courtine (1981), ao trabalhar com *corpus* de pesquisa na Análise de Discurso, define como *corpus* experimental. Para o autor, *corpus* experimental é aquele produzido a partir de enquetes empíricas, como formulários, questionários e entrevistas. Nessa concepção de *corpus* experimental, há o *corpus* previamente preparado, como acontece neste estudo, no qual faço uso de duas perguntas: *Qual de suas duas línguas você mais aprecia? Por quê?* e *Qual de suas línguas é mais importante para você? Por quê?* que foram entregues por escrito aos participantes para que esses pudessem produzir textos escritos a partir dessas.

A seleção dos participantes foi definida obedecendo a quatro critérios:

- (i) ser brasileiro;
- (ii) ser falante de português e de inglês;
- (iii) utilizar ambas as línguas em alguma esfera de suas vidas, por exemplo, profissional, familiar, entre outras; e,
- (iv) ser escolarizado, uma vez que o relato seria dado por escrito.

Os sujeitos desta pesquisa foram identificados por nomes fictícios, sendo eles: Alice, Álvaro, Ana, Ângela, Adolfo, Bernardo, Beatriz, Bianca, Bartira, Benedito.

No exercício da análise, inicialmente, localizei as representações desses sujeitos sobre a língua portuguesa. A seguir, separei o conjunto de enunciados de acordo com as representações encontradas e as analisei quanto à sua posição ideológica e no tocante aos aspectos identitários que podiam suscitar.

Cabe mencionar que, no decorrer das análises, o retorno ao corpus foi constante, assim como o reajustamento dos agrupamentos, considerando a exclusão ou a inclusão de enunciados.

Com a trajetória da pesquisa delineada, se tem os subsídios para o trabalho com os dados. Dessa maneira, apresentarei, na próxima seção, a discussão dos resultados a partir da análise do corpus.

Movimentos de análise: Português – Língua nossa?

Nesta pesquisa, frente às respostas obtidas às perguntas: *Qual de suas duas línguas você mais aprecia? Por quê?* e *Qual de suas línguas é mais importante para você? Por quê?*, uma das representações mais recorrentes no tocante à língua portuguesa é a de que o português é uma língua difícil e complexa. Os sujeitos desta pesquisa definem a dificuldade da língua pela quantidade de regras das gramáticas normativas e pela diversidade lexical apresentada pelos dicionários. É importante ressaltar que, nas sequências discursivas analisadas, a representação da língua

portuguesa como difícil foi contrastada à da língua inglesa - como fácil e simples. Essa representação da língua inglesa funciona como alicerce para a construção das representações do português. Vale mencionar que as representações dessas duas línguas se entrecruzam e se constituem a todo o momento.

As representações, aqui discutidas, foram discursivamente construídas por meio da utilização de adjetivos, como, por exemplo, *trabalhosa, complexa, difícil, simples e fácil*, como se percebe a seguir:

Alice: O português é uma língua mais trabalhosa, que requer mais esforço para construção de alguns significados.

Álvaro: Gosto mais do inglês porque acho bem mais fácil.

Beatriz: Sinto um orgulho muito grande por ser falante de uma língua tão complexa quanto o português.

Bernardo: Essa pergunta é difícil de responder. Acho a língua inglesa mais direta, simples, econômica que a língua portuguesa e aprecio isso. Vejo beleza nessa simplicidade. Gosto muito de ler textos em inglês pelo deleite que sinto.

Adolfo: O português é uma língua difícil. Há palavras para tudo. O inglês é diferente, você utiliza uma só palavra para muitas coisas. E tem os acentos, é muita coisa.

A qualificação difícil que se atribui à língua portuguesa é materializada quando os sujeitos, ao justificarem suas posições, dão ênfase às regras gramaticais que para eles são impossíveis de serem colocadas em uso. A percepção de que há muitas regras, as quais não são utilizadas pelos falantes, faz com que esses sujeitos vejam sua língua portuguesa como incompleta, na ilusão de que apenas as gramáticas e dicionários a teriam em sua completude. Pode-se observar esse aspecto quando Ana e Angélica enunciam acerca da complexidade da língua portuguesa:

Ana: Eu sou mais fluente em Inglês, mas prefiro e aprecio muito mais o Português. Por mais complicado que seja a gramática, ela é muito bonita.

Angela: O inglês me é mais natural, por uma dificuldade psicológica com o Português. Eu faço muitas pausas pra raciocinar em Português com a mesma velocidade. Acho que é

medo de errar principalmente conjugações verbais do Português.

Nas sequências discursivas analisadas, o conhecimento gramatical parece ser uma verdade construída sobre a língua. Isso culmina no estabelecimento do que pode ou não ser dito e da forma como pode ser dito em determinados contextos, de acordo com uma língua que não pertence a todos os falantes, mas apenas aos mais escolarizados e socialmente reconhecidos, e, assim, autorizados a dizer algo sobre essas línguas.

Foucault (1979) contribui para essa discussão ao ressaltar que são essas verdades que contribuem para o funcionamento das relações de poder entre os falantes nos discursos sobre a língua. O conhecimento da gramática normativa é posto em funcionamento por meio de uma rede de procedimentos e mecanismos que atingem os aspectos mais sutis da realidade e da vida dos sujeitos. Esse saber normativo da língua pode ser caracterizado como um micropoder ou um subpoder, tornando-se, por isso, objeto de desejo daqueles que fazem parte de sua formação discursiva, como se pode perceber nas sequências analisadas.

Esse saber, que aparece como ciência, transformou-se naquilo que é acolhido, hoje, como discurso válido e de prestígio. Com isso, esse saber organizado em torno de normas possibilita o controle dos indivíduos ao longo de sua existência. Ou seja, para ascender socialmente é necessário dominar esse saber culto sobre a língua, sendo que a não utilização dessas normas e regras gera um sentimento de não apropriação e não “domínio” da língua.

Outro aspecto que merece ser ressaltado nas sequências discursivas é a utilização de construções linguísticas de comparação por meio dos advérbios que acompanham os adjetivos exemplificados anteriormente como *muito*, *mais* e *tão*. Esses advérbios constroem uma escala, na qual se tem, no topo da dificuldade, a língua portuguesa e, na base, o inglês, língua fácil e simples, de acordo com o discurso dos enunciadores.

Alice: O português é uma língua mais trabalhosa, que requer mais esforço para construção de alguns significados.

Álvaro: Gosto mais do inglês porque acho bem mais fácil.

Ana: O inglês é mais simples que o português. Não há acentos, conjugações e tantas exceções.

Bernardo: Essa pergunta é difícil de responder. Acho a língua inglesa mais direta, simples, econômica que a língua portuguesa e aprecio isso. Vejo beleza nessa simplicidade. Gosto muito de ler textos em inglês pelo deleite que sinto.

Beatriz: Sinto um orgulho muito grande por ser falante de uma língua tão complexa quanto o português.

Os advérbios *muito*, *mais* e *tão* têm a função de intensificar a esfera de significados dos adjetivos *complexa*, *simples*, *fácil* e *trabalhosa*. Esses advérbios funcionam como não coincidência entre as palavras e as coisas, uma vez que contribuem para a intensificação de significados que, sozinhos, parecem não serem suficientes.

A leitura desses enunciados evoca o princípio de que os sentidos não são prontos. De outra feita, remetem a um já dito ao qual se filiam. A aparente evidência dos sentidos expressos nos enunciados analisados não passa de um efeito ideológico, uma vez que a ideologia faz parecer que o discurso é homogêneo e transparente. Porém é o interdiscurso que define o dizível para os sujeitos, ou seja, é um já dito que sustenta a possibilidade de todo dizer. Nas sequências marcadas nesta seção, percebe-se o discurso ideologicamente marcado pelas vozes que atravessam o discurso desses sujeitos e afirmam que o português é uma língua difícil.

Nesse sentido, Bagno (2002) explica que a ideia de que o brasileiro não sabe português e de que, apenas em Portugal, fala-se bem o português é corriqueira e face “de uma mesma moeda enferrujada” (BAGNO, 2002, p. 20), que reflete o complexo de inferioridade e o sentimento de que o Brasil é, até hoje, uma colônia que depende de um país mais civilizado.

Pode-se, com isso, dizer que os sujeitos que se enunciam nesta pesquisa estão exprimindo uma ideologia impregnada em nossa cultura há

muito tempo. Essas ideias equivocadas impregnaram o imaginário do brasileiro e se constituíram em um dos preconceitos mais em voga ultimamente, que é o preconceito linguístico.

É interessante notar que todos os participantes desta pesquisa trabalham com educação. Segundo Bagno (2002), quatro são os elementos que favorecem a formação desse tipo de preconceito no Brasil: a gramática tradicional, os métodos tradicionais de ensino, os livros didáticos e os comandos paragramaticais. Esses elementos estão, sem dúvida, presentes em nossa sociedade, mas encontra-se em abundância no ambiente da maioria dos participantes desta pesquisa: a escola.

Diante disso, é necessário considerar que, ao expressarem suas ideias sobre o português, esses sujeitos não estão apenas relatando suas opiniões. Enquanto sujeitos, interpelados pelas condições socio históricas, fazem uma escolha por determinada perspectiva discursiva porque estão envolvidos em um jogo de imagens do qual sua própria imagem também é parte integrante.

Bagno (2002) afirma que o grande problema do ensino de português no Brasil é que esse ensino, até hoje, depois de mais de cento e setenta anos de independência política, continua com os olhos voltados para a norma linguística de Portugal. As regras gramaticais consideradas “certas” são aquelas usadas por lá, que servem para a língua falada lá, que retratam bem o funcionamento da língua que os portugueses falam (BAGNO, 2002).

Portanto essas vozes, que perpassam o dizer dos participantes desta pesquisa, estão imbuídas da ilusão de que os portugueses falam e escrevem tudo certo e que seguem rigorosamente as regras da gramática ensinadas na escola. Para os participantes desta pesquisa, essa língua “perfeita” que pertence ao povo português, pertenceria, no Brasil, apenas a indivíduos especiais, como se pode verificar no enunciado a seguir:

Bernardo: Agora, na língua portuguesa, me chama a atenção autores, por exemplo, que são mais inventivos e arriscam até modificar a língua, como Manoel de Barros e Guimarães Rosa.

Adolfo: Para modificar a língua padrão, você tem que dominá-la completamente, como os poetas e escritores consagradas. Se você é um cidadão comum, pega mal. Você não tem esse direito. Todo mundo vai falar: está errado. Para inventar, você tem que saber muito, dominar a língua por completo.

Ao se referir a esses supostos falantes dessa língua “perfeita”, põe-se uma comparação com os falantes comuns que, de acordo com os enunciadores, não possuem essa língua ideal. Esses falantes ideais, conforme o enunciador, podem até modificar a língua, uma vez que esta lhe pertence. Além disso, neste caso, há um deslize do domínio da língua para a posição que esse falante ocupa na sociedade, o que mostra que olhar para língua é também olhar para o enunciador e tudo o que simbolicamente a ele está relacionado, seu status, profissão e prestígio, dentre outros aspectos. Esse olhar para quem enuncia é determinado pelas identificações do sujeito que são interpeladas pelo seu inconsciente, ancorando suas representações de língua ideal. Essa língua ideal passa a fazer parte do imaginário do sujeito que começa a desejá-la e, dessa forma, seu desempenho linguístico é visto como insuficiente e inacabado, sempre vislumbrando uma falta que é constitutiva ao sujeito.

Faz-se importante ressaltar que essa dificuldade atribuída ao português nem sempre é encarada negativamente, como se observa nas sequências a seguir:

Beatriz: Sinto um orgulho muito grande por ser falante de uma língua tão complexa quanto o português.

Ana: Eu sou mais fluente em Inglês, mas prefiro e aprecio muito mais o Português. Por mais complicado que seja a gramática, ela é muito bonita.

Álvaro: O português quando bem falado, o que é difícil, é uma língua maravilhosa de se ouvir. Pouca gente sabe falar direito.

Essa dificuldade atribuída ao português é considerada motivo de orgulho, pois, para esses enunciadores, parece claro que a língua é difícil por ser rica e bela. Dessa forma, mais uma representação sobre a língua portuguesa é evidenciada: o português é uma língua rica. Essa riqueza é

relacionada, por esses sujeitos, à quantidade de palavras e à elasticidade das construções sintáticas e morfológicas.

Se, como discorri anteriormente, é o interdiscurso que define o dizível para o sujeito, de onde vêm os sentidos que levam a essa representação? Para responder a essa pergunta, concordo com Ghiraldelo (2002) que lança a hipótese de que essa posição enunciativa de língua rica interdiscursivamente dialoga com a ideia que acompanha o Brasil desde seu descobrimento. De acordo com ela, o Brasil seria um paraíso, cheio de riquezas e recursos inesgotáveis. Além disso, a ideia de que o Brasil é um vasto país, gigante pela própria natureza, como postulado pelo hino nacional, é um enunciado atualizado sistematicamente na sociedade.

Parece que a ideia de que o Brasil é um país contemplado por sua riqueza e por seu território grandioso mantém-se no imaginário dos brasileiros. Logo, pode-se presumir que esse imaginário relacionado ao país perpassa também as representações da língua portuguesa que passa por ser também um lugar de riqueza inesgotável.

É interessante ressaltar que é essa mesma riqueza, vista como motivo de orgulho, como enuncia Beatriz, que seria a responsável pela característica negativa de uma língua difícil. Assim, verifica-se que os discursos que sustentam as representações da língua se entrecruzam e muitas vezes se confundem nos discursos dos participantes desta pesquisa.

Essas atribuições do português como uma língua difícil e rica estão ancoradas na comparação com a língua inglesa, classificada como fácil e simples, como nas sequências enunciadas por Bernardo e Álvaro:

Bernardo: Gosto mais do inglês porque acho bem mais fácil.

Álvaro: Essa pergunta é difícil de responder. Acho a língua inglesa mais direta, simples, econômica que a língua portuguesa e aprecio isso. Vejo beleza nessa simplicidade. Gosto muito de ler textos em inglês pelo deleite que sinto.

Adolfo: O português é uma língua difícil. Há palavras para tudo. O inglês é diferente, você utiliza uma só palavra para muitas coisas. E tem os acentos, é muita coisa.

A representação de fácil, já internalizada nas sociedades que estudam a língua inglesa como língua estrangeira ou segunda língua, parece fazer parte de uma ideologia hegemônica. Isso explicaria o fato de o inglês ser a língua mais difundida no mundo: a língua dos negócios, a língua internacional ou a língua franca, como é classificada. Outro ponto a se considerar é que esse caráter de língua fácil foi estabelecido em contraposição ao latim, no passado, língua obrigatória nas escolas e também classificado como difícil e complexo.

Pode-se assumir que os livros didáticos para o ensino de língua inglesa também contribuem para essa representação de fácil, uma vez que, na grande maioria dos casos, a língua apresentada é uma língua homogênea e as variedades são completamente ignoradas, o que contribui para a criação da ilusão de que o inglês é uma língua única e, por isso, mais simples e fácil.

Nas sequências analisadas, os enunciadores constroem uma escala de valores para as línguas: o português como língua difícil se contrapondo ao inglês como língua fácil e o português como língua rica em contraposição ao inglês como língua simples.

Com a análise dos registros, observa-se que as representações das línguas portuguesa e inglesa são construídas no mesmo sentido por enunciadores bilíngues sequenciais e simultâneos, assim como as construções discursivas empregadas, como o uso de adjetivos e advérbios a fim de intensificar as significações, também, foram equivalentes.

Percebe-se nas sequências analisadas a presença do interdiscurso que mobiliza vozes distintas: a voz do colonizado, do colono e da sociedade globalizada. Verifica-se, então, que a constituição do sentido e do sujeito decorre de esquecimentos da ordem enunciativa e ideológica. Isso equivale a dizer que o sujeito tem a ilusão de que é fonte primeira de seu dizer e de que o que diz só pode ser dito dessa forma. Além disso, é, nesse jogo de classificação das línguas, que os enunciadores assumem sua posição no discurso e desenham sua identidade pelo viés da língua.

Alinhavos finais

A pergunta desta pesquisa abordava a relação de sujeitos bilíngues, falantes de português e inglês, com o português. Dentre os dados obtidos, é notória a ilusão da possibilidade de neutralidade das línguas que, para os sujeitos, desempenham papéis diferentes sem trazerem mudanças subjetivas e sem se misturarem. Os sujeitos, ao enunciarem-se, revelam a ilusão de que cada uma de suas línguas é pura e inteira e, dessa forma, não estaria em constante transformação graças ao contato com a outra língua.

Verifica-se, também, uma contradição quando os sujeitos de pesquisa contrastam a língua portuguesa com a língua inglesa no que tange à sua circulação no mundo. Muitos recorrem ao discurso do inglês como língua internacional e franca do mundo, língua de agenciamento social, sendo importante por questões profissionais. Este discurso tende a silenciar aspectos negativos deste fenômeno como o fato de o inglês ser a língua do colonialismo ou do interesse das classes dominantes e desse modo conseguir operar como um meio importante mediante o qual as desigualdades políticas, sociais e econômicas são mantidas. Esses mesmos sujeitos, por sua vez, atribuem ao português a característica de materno, colocando o inglês em uma posição de estrangeiridade, o que reforça o mito da língua materna como sendo a língua do saber, do gozo, do desejo, do conforto e do bem-estar e a língua estrangeira como língua de comunicação com o outro em um mundo globalizado.

Somando-se a isso, uma representação recorrente sobre a língua portuguesa é ser considerada uma língua difícil, contrastando com imagem da língua inglesa como uma língua fácil e prática. Ao classificar uma língua como difícil ou fácil, o enunciador vê a língua como sendo externa a si mesmo, e isso equivale a vê-la como um instrumento de comunicação. A dificuldade da língua portuguesa é definida pela quantidade de regras das gramáticas normativas. Esse conhecimento de gramáticas e dicionários são verdades construídas sobre a língua, e isso culmina no estabelecimento do que pode ou não ser dito e da forma como pode ser dito em determinados contextos, de acordo com uma

língua portuguesa que não pertence a todos os falantes, mas apenas aos mais escolarizados e socialmente reconhecidos, e, dessa forma, autorizados a dizer algo sobre as línguas.

A qualificação difícil que se atribui à língua portuguesa é materializada quando o sujeito, ao justificar sua posição, dá ênfase às regras gramaticais que, para ele, são impossíveis de serem colocadas em uso. A percepção de que há muitas regras e não são utilizadas pelos falantes faz com que veja sua língua portuguesa como incompleta, na ilusão de que apenas as gramáticas e dicionários a teriam em sua completude. Esses enunciados revelam a falta constitutiva do enunciador, assim como seu desejo por uma língua “perfeita”.

Essa língua “perfeita” pertenceria, de acordo com os sujeitos desta pesquisa, a indivíduos especiais como escritores e intelectuais. Ao se referir a esses supostos falantes dessa língua “perfeita”, faz-se uma comparação com os falantes comuns, que conforme os enunciadores, não a possuem. Dessa forma, observa-se um deslize do domínio da língua para a posição que esse falante ocupa na sociedade, o que mostra que olhar para língua é também olhar para o enunciador e tudo o que simbolicamente a ele está relacionado, seu status, profissão e prestígio, dentre outros aspectos. Esse olhar para quem enuncia é determinado pelas identificações do sujeito que são interpeladas pelo inconsciente do enunciador, ancorando suas representações de língua ideal. Essa língua ideal passa a fazer parte do imaginário do sujeito que começa a desejá-la, e dessa forma, seu desempenho linguístico é visto como insuficiente e inacabado, sempre, vislumbrando uma falta que é constitutiva ao sujeito.

Referências Bibliográficas

BAGNO, M. *Preconceito linguístico – o que é, como se faz*. 15 ed. Loyola: São Paulo, 2002.

COURTINE, J. *Analyse du discours politique*. Le discours communiste adressé aux chrétiens. In.: Langages. Paris: Larousse, 1981.

FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro (RJ): Graal, 1979.

_____, M. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes, 1987.

_____, M. *Em defesa da sociedade: curso no Collège de France*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

GHIRALDELO, C. *As Representações de Língua materna: Entre o Desejo de Completude e a Falta do Sujeito*. Tese(Doutorado em Linguística Aplicada). Universidade Estadual de Campinas, Campinas/SP, 2002.

JODELET, D. *Representações Sociais: um domínio em expansão*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2001.

LACAN, J. (1966). *O estádio do espelho como formador da função do eu*. In: J. Lacan. *Escritos*. (V. Ribeiro, trad.; p. 96-103). Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

_____, J. (1972-73). *O seminário, livro 20: mais, ainda*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1982.

MOSCOVICI, S. *La psychanalyse, son image et son public*. Paris: PUF, 1961.

_____, S. *Representações sociais: investigações em psicologia social*. Petrópolis: Vozes, 2003.

PÊCHEUX, M. (1975). *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Tradução de E. P. Orlandi et alii. Campinas: UNICAMP, 1988.

PÊCHEUX, M.; FUCHS, C. A Propósito da Análise Automática do Discurso: atualização e perspectivas (1975). In: GADET F.; HAK, T. (Orgs.) *Por uma Análise Automática do Discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Trad. de Péricles Cunha. Campinas: Unicamp, 1997. p. 163-235.

POSSENTI, S. *Os limites do discurso*. Curitiba: Criar Edições. 2002.